

**ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO(A) DO MUNICÍPIO DE  
SUMIDOURO/ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 062/2024**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3289/2023**

**OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES”, para atender às  
necessidades da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.**

**CMOS DRAKE S/A**, sociedade empresária, inscrita no CNPJ sob o nº 03.620.716/0001-80, com sede na Avenida Regent, nº 600, Alphaville - Lagoa dos Ingleses, Nova Lima/MG, CEP 34.018.000, por seu representante legal, Sr. **MARCO AURÉLIO MARQUES FÉLIX**, inscrito no CPF sob o nº 353.032.716-68, neste ato, representada por seus procuradores (mandato de procuração anexo), Dr. **MARCO AURÉLIO MARQUES FÉLIX FILHO**, inscrito na OAB/MG sob o nº 122.770, e Dra. **CARLA CLÉRICE CASSEMIRA MIRANDA PEREIRA**, inscrita na OAB/MG sob o nº 171.605, ambos com escritório profissional na Rua Desembargador Edésio Fernandes, nº 148, sala 208, Bairro Estoril, Belo Horizonte/MG, CEP 30.494-450, vem, respeitosamente, à presença deste(a) ilustre Pregoeiro(a) apresentar **IMPUGNAÇÃO** ao Edital, pelos fatos e fundamentos a seguir:

#### **I – DA TEMPESTIVIDADE**

Considerando a data de abertura da sessão em **22/10/2024**, tem-se como tempestiva a presente impugnação, eis que apresentada dentro do prazo legal de 3 (três) dias úteis, conforme dispõe o artigo 164 da Lei federal nº 14.133/2021.

Todavia, o **item 19.1.**, do Edital, amplia o atinente prazo para apresentação da impugnação, senão veja:

Avenida Regent, nº 600, Alphaville – Lagoa dos Ingleses, Nova Lima/MG, CEP 34.018-000  
Tel. (031) 3547-3969 / E-mail: licitacao@cmosdrake.com.br

Página 1 de 12

19.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

19.2 A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados por forma eletrônica através do sistema no site <https://www.licitanet.com.br>.

19.3 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado na plataforma e em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

19.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

19.4.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

19.5 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **II – DOS FATOS E DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS**

Trata-se de Pregão Eletrônico a se realizar às 10h00min do dia 22/10/2024, cujo objeto é a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES”, para atender às necessidades da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Da análise técnica do Edital e dos Anexos, verificam-se as seguintes dissensões informacionais, com reflexos constitucionais e legais, senão veja:

### **II.I. – AUSÊNCIA DE DETALHAMENTO PRECISO E SUFICIENTE DO ITEM 04**

Avenida Regent, nº 600, Alphaville – Lagoa dos Ingleses, Nova Lima/MG, CEP 34.018-000  
Tel. (031) 3547-3969 / E-mail: [licitacao@cmosdrake.com.br](mailto:licitacao@cmosdrake.com.br)

Página 2 de 12

A correta execução do contrato administrativo necessita de planejamento e controle. O planejamento cria uma visão global da situação e das alternativas existentes, possibilitando a gestão consciente dos recursos disponíveis e o afastamento dos riscos, mediante a elaboração de estratégias que otimizem os procedimentos e facilitem os resultados.

É crucial destacar que o planejamento é um dos princípios fundamentais da Administração federal, conforme dispõe o art. 6º, inciso I, do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.

Focada na importância do adequado planejamento das contratações públicas, a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos – Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 -, impõe que qualquer processo de aquisição pública pressupõe a correta definição da estratégia de suprimento, alinhada com o planejamento estratégico do órgão, tomando como base a previsão de consumo e a utilização provável, obtida por meio de técnicas adequadas de estimação, sendo vedadas aquisições que não representem a real demanda de desempenho do órgão/entidade. Desse modo, o controle proporcionado pelo planejamento auxilia na tomada de decisões, reduzindo as reações baseadas na emoção, na suposição e na intuição.

Bem por isso, o Tribunal de Contas da União (TCU) já teve a oportunidade de asseverar que o princípio do planejamento é instrumento essencial e indispensável para a correta e adequada alocação dos recursos públicos, evitando desperdícios e o mau uso dos valores da coletividade (**TCU, Acórdão 2519/2023 – Plenário**).

Assim, o processo licitatório tem por objetivo assegurar a seleção da proposta apta a gerar o **resultado mais vantajoso** para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao **ciclo de vida do objeto** (artigo 11, Lei federal nº 14.133/2021).

Quando falamos sobre “**proposta mais vantajosa**” e sobre “**ciclo de vida do objeto**” tratamos sobre três elementos nas contratações públicas: (i) melhor preço (que não se esgota na proposta mais barata); (ii) qualidade; e (iii) durabilidade.

No caso em tela, o **item 04**, do Termo de Referência, não apresenta uma definição precisa e suficiente daquilo que se pretende contratar. Tal omissão indica uma possível falha no planejamento da contratação, o que pode comprometer a seleção de uma proposta que ofereça o melhor resultado e a vantagem esperada para a Administração Pública.

Dispõe o artigo 6º, inciso XXIII, alínea “a”, da Lei federal nº 14.133/2021:

Art. 6º [...]

XXIII – Termo de referência: documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:

a) **definição do objeto**, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação; (SEM OS GRIFOS, NO ORIGINAL)

Destarte, deve haver a **definição do objeto** no Termo de Referência. Mas como deve ser realizada essa definição?

De acordo com a Súmula nº 177, do egrégio **TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**:

**Súmula nº 177** – A definição precisa e suficiente do objeto licitado constitui regra indispensável da competição, até mesmo como pressuposto do postulado de igualdade entre os licitantes, do qual é subsidiário o princípio da publicidade, que envolve o conhecimento, pelos concorrentes potenciais das condições básicas da licitação, constituindo, na hipótese particular da licitação para compra, a quantidade demandada uma das especificações mínimas e essenciais à definição do objeto do pregão.

Embora a presente Súmula tenha sido editada sob a égide de regulamentação anterior acerca de licitações e contratos administrativos (Título XII do Decreto-lei nº 200/1967, revogado posteriormente pelo Decreto-lei nº 2.300/1986), é nítido que mantém sua integral aplicabilidade no âmbito da Lei federal nº 8.666/1993 e da Lei federal nº 14.133/2021, que regula atualmente a matéria.<sup>1</sup>

Em concreto, as duas Leis de Licitações e Contratos vigentes trazem disposições expressas que ratificam o disposto na presente Súmula, **obrigando o gestor público a detalhar de forma precisa e suficiente a prestação pretendida (obra, serviço ou compra)**, de modo a possibilitar a competição acerca da mesma e, bem assim, garantir que tal prestação seja condizente com a necessidade estatal subjacente à contratação.<sup>2</sup>

O que se vê, pois, é a notória necessidade de que as contratações estatais sejam **devidamente planejadas**, com a exposição precisa do objeto desejado, a fim de que se alcance, na prática, o escopo maior da licitação: garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.<sup>3</sup>

De fato, **a incorreta definição dos objetos efetivamente pretendidos tem se mostrado um dos maiores óbices às contratações públicas**,

---

<sup>1</sup> CUNHA, Bruno Santos; CARVALHO, Thiago Mesquita Teles de. Súmulas do Tribunal de Contas da União – Organizadas por Assunto, Anotadas e Comentadas – São Paulo: Editora JusPodivm, 2022, pág. 52.

<sup>2</sup> CUNHA, Bruno Santos; CARVALHO, Thiago Mesquita Teles de. Súmulas do Tribunal de Contas da União – Organizadas por Assunto, Anotadas e Comentadas – São Paulo: Editora JusPodivm, 2022, pág. 53.

<sup>3</sup> CUNHA, Bruno Santos; CARVALHO, Thiago Mesquita Teles de. Súmulas do Tribunal de Contas da União – Organizadas por Assunto, Anotadas e Comentadas – São Paulo: Editora JusPodivm, 2022, pág. 53.

ora pecando-se pelo excesso das especificações, **ora pela falta de definição precisa daquilo que pretendido**, a restringir ou frustrar o caráter competitivo do certame e inviabilizar a obtenção daquilo que almejado pela Administração. Em suma – e conforme se depreende, também, da análise da Súmula nº 261 do TCU -, o que se busca com tais medidas, afinal, é o **devido planejamento por parte dos gestores públicos, com a correta definição do objeto licitado, a abranger questões técnicas, financeiras e jurídicas e a impedir falhas ou desvios na gestão administrativa**.<sup>4</sup>

De acordo com o egrégio **TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**, a respeito da **completa especificação do bem a ser adquirido**:

[...] deve ser observada a **especificação completa do bem a ser adquirido** sem indicação de marca, bem como a definição das unidades e das quantidades a serem adquiridas, utilizando o consumo e utilização prováveis como parâmetro para fixação dos quantitativos, cuja estimativa será obtida, sempre que possível, mediante adequadas técnicas de estimação, conforme prevê o art. 15, § 7º, I e II da Lei nº. 8.666/93. (TCU, Acórdão 2155/2012, Plenário, Rel. Min. Raimundo Carneiro, julgamento em 15.08/2012) (SEM OS GRIFOS, NO ORIGINAL)

**Impõe-se ao gestor especificar os itens componentes do objeto licitado, em nível de detalhamento que garanta a satisfação das necessidades da Administração, da forma menos onerosa possível.** (Enunciado de Jurisprudência Seleccionada TCU – Acórdão 1932/2012, Plenário, Rel. Min. José Jorge, julgamento 25/07/2012) (SEM OS GRIFOS, NO ORIGINAL).

Deste modo, a falta de especificação completa do bem a ser contratado pela Administração Pública desvirtua o objetivo da licitação na busca do **resultado mais vantajoso** para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao **ciclo de vida do objeto** (artigo 11, Lei federal nº 14.133/2021), violando os princípios licitatórios estampados no artigo 5º, da Lei federal nº 14.133/2021, inclusive o do planejamento e a jurisprudência do egrégio Tribunal de Contas da União.

<sup>4</sup> CUNHA, Bruno Santos; CARVALHO, Thiago Mesquita Teles de. Súmulas do Tribunal de Contas da União – Organizadas por Assunto, Anotadas e Comentadas – São Paulo: Editora JusPodivm, 2022, pág. 53.

No que tange à definição do **item 04**, após análise, verificou-se que a descrição do equipamento está incompleta e imprecisa, não detalhando requisitos técnicos fundamentais para a avaliação e fornecimento adequado do produto.

### **Termo de Referência – Item 04**

4	BOMBA DE INFUSÃO POSSUI KVO/ BOLUS/ ALARME/ BATERIA	UNIDADES	11
---	---	----------	----

A fim de evitar prejuízos ao certame e garantir que os produtos adquiridos atendam às necessidades do órgão, solicitamos a descrição técnica do atinente item, com base nas seguintes questões técnicas:

#### **1. Tipos de modo de infusão**

Os modos de infusão (contínuo, intermitente, em bolus) permitem flexibilidade na administração de tratamentos, adaptando-se às necessidades específicas de cada paciente. Isso é crucial para otimizar a eficácia terapêutica e minimizar riscos.

#### **2. Equipo universal para bomba de infusão**

Um equipo universal padroniza os componentes da bomba, facilitando o uso e a compatibilidade com diferentes medicamentos. Isso reduz erros de medicação e melhora a eficiência na preparação e administração dos tratamentos.

#### **3. Biblioteca de drogas**

Uma biblioteca de drogas integrada fornece informações sobre dosagens, infusões seguras e interações medicamentosas. Isso ajuda profissionais de saúde a administrar medicamentos de forma mais precisa e segura, reduzindo o risco de erros.



#### **4. Bomba que realize infusão parenteral**

A capacidade de realizar infusões parenterais é vital para pacientes que não podem receber medicamentos por via oral. Isso inclui nutrição intravenosa e medicamentos essenciais, garantindo que os pacientes recebam os cuidados necessários.

#### **5. Sensor de queda**

Os sensores de queda aumentam a segurança, detectando quando a bomba não está funcionando corretamente (por exemplo, se a linha de infusão está desconectada). Isso previne a administração inadequada e possíveis complicações.

#### **6. Modo noturno**

O modo noturno ajusta a luminosidade da tela para não incomodar o paciente durante o sono, promovendo um ambiente mais confortável. Isso é fundamental para o bem-estar e recuperação do paciente em unidades de terapia intensiva.

#### **7. Calibração do equipo**

Permitir a calibração do equipo é essencial para garantir infusões precisas. Isso assegura que as doses administradas correspondam exatamente ao que foi prescrito, evitando sub ou superdosagem.

#### **8. Alarmes**

Os alarmes são uma característica crucial que alerta a equipe de saúde sobre problemas na infusão, como obstruções ou erros de programação. Eles garantem respostas rápidas a situações críticas, melhorando a segurança do paciente.



Destarte, requer a retificação do Edital e seus Anexos para fornecer o descritivo técnico **do item 04**, haja vista que os pontos destacados são essenciais pra garantir a transparência, isonomia e clareza no processo licitatório, bem como a correta execução do objeto contratado.

Em tempo, colacionamos sugestão de descritivos técnicos do equipamento por outros órgãos/entidades públicas, senão veja:

21/10/2024 – PE 033/2023 – HOSPITAL BENEFICENTE DR. CÉSAR SANTOS/RS

12	<b>Bomba de infusão</b> microprocessado, com as seguintes características técnicas mínimas: -Adequado para o tratamento clínico de longo tempo, controle preciso da taxa de injeção e supervisão do processo de infusão de 0,1ml – 999,9ml; -Alarme sonoro e visual para: oclusão, bateria fraca, fim da inclusão, porta aberta, configuração errada; -Display LCD; -KVO programável entre, no mínimo, 0,1 e 5ml/h; -Compatível com qualquer marca de conjuntos de infusão após calibração; -Possuir níveis baixo, médio e alto; -Gravação da última injeção; -Detector de bolhas; -Alimentação 100-240V, 50/60Hz; -Manual de instrução/operação completo; -Registro na ANVISA; -Certificado INMETRO (ou isenção).	UND	
----	--	-----	--

17.09.2024 - PE 041.2024 - PREFEITURA MUNICIPAL DE TAGARÁ DA SERRA - MT

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTD.	MÉDIA	VALOR TOTAL
9	BOMBA DE INFUSÃO - CONTROLE MICRO PROCESSADO COM OPÇÃO DE	UN	12	7.059,02	84.708,24

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS: Avenida Brasil, nº 2.351-N, Bairro: Jardim Europa, CEP: 78.300-901, Tangará da Serra - MT  
TEL.: (65) 3311-4800, e-mail: [https://acessoainformacao.tangaradaserra.mt.gov.br/cidadao/informacao/licitacoes\\_frl](https://acessoainformacao.tangaradaserra.mt.gov.br/cidadao/informacao/licitacoes_frl)

53



ESTADO DE MATO GROSSO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA  
Secretaria Municipal de Administração  
Departamento de Licitações e Contratos

INFUSÃO POR NÚMEROS INTEIROS E DECIMAIS SEPARADAMENTE; USO DE EQUIPO COMUM TIPO UNIVERSAL; INDICAÇÃO DO TEMPO RESTANTE DE INFUSÃO E VOLUME JÁ INFUNDIDO; INDICAÇÃO DE OPERAÇÃO EM BATERIA OU REDE ELÉTRICA; EM IDIOMA PORTUGUÊS; OPÇÃO DE ALTERAÇÃO RÁPIDA DE FLUXO; OPÇÃO DE PROGRAMAR A PARTIR DE VOLUME E FLUXO E/OU A PARTIR DE VOLUME E TEMPO DE INFUSÃO; OPÇÃO DE REPETIÇÃO DA PROGRAMAÇÃO SEM TER QUE REPROGRAMAR NOVAMENTE O EQUIPAMENTO. 1.0) PARÂMETROS DE INFUSÃO: VOLUME DE INFUSÃO DE 1 ML ATÉ 9.999 ML; FAIXA DE FLUXO MÍNIMO DE 1 A 600 ML/H OU DE 0,1 A 99,9 ML/H; TAXA DE KVO 1,0 ML/H OU MENOR; 2.0) ALARMES COM SILENCIADOR PARA: OCLUSÃO, INFUSÃO COMPLETADA, AR NA LINHA, FRASCO DE SORO VAZIO, VAZÃO LIVRE, K.V.O; 3.0) CARACTERÍSTICAS ELÉTRICAS: ALIMENTAÇÃO: 110-220 VAC A 60 HZ (CHAVEAMENTO AUTOMÁTICO); BATERIA INTERNA RECARREGÁVEL COM AUTONOMIA PARA O FUNCIONAMENTO COMPLETO DO EQUIPAMENTO POR NO MÍNIMO 03 HORAS; PESO: PESO MÁXIMO COM BATERIAS INSTALADAS: 03 KG; APRESENTAR CERTIFICADO DE PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO, CERTIFICADO COM NÚMERO DE REGISTRO DO PRODUTO VÁLIDO E SEM QUALQUER RESTRIÇÃO OU DE DISPENSA DA ANVISA.				
---	--	--	--	--

## II.II. - DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

Da análise do Edital e seus Anexos, consta do **item 2.1.**, da Minuta de Contrato, que a vigência contratual será de 12 (doze) meses, **contados da assinatura do presente contrato**. No entanto, essa disposição contraria o entendimento pacífico da doutrina e da jurisprudência.

O renomado administrativista Marçal Justen Filho defende que os prazos contratuais devem ser computados a partir da **data da publicação do contrato** e não da data da assinatura ou de outro ato. Este entendimento está consolidado na jurisprudência do Tribunal de Contas da União, conforme expressamente decidido no **Acórdão nº 1.248/2007 - Plenário**, o qual reconhece

Avenida Regent, nº 600, Alphaville - Lagoa dos Ingleses, Nova Lima/MG, CEP 34.018-000  
Tel. (031) 3547-3969 / E-mail: [licitacao@cmosdrake.com.br](mailto:licitacao@cmosdrake.com.br)

Página 10 de 12

que o termo inicial para contagem do prazo de vigência deve ser a publicação do contrato, em obediência ao princípio da publicidade dos atos administrativos.

Diante disso, requer-se a **retificação** do item que estabelece o início da contagem do prazo contratual a partir da assinatura do presente contrato para "a partir da data de publicação do contrato", conforme entendimento consolidado pela doutrina e jurisprudência mencionadas.

### III – DOS PEDIDOS

Por todo o exposto, requer:

1. Seja a presente impugnação conhecida, posto que tempestiva e apresentada na forma exigida no Edital;
2. Seja determinado, de pronto, a suspensão do Pregão Eletrônico nº 062/2024 designado para às 10h00min do dia 22/10/2024, com posterior republicação do Edital e Anexos retificados, observando-se a antecedência mínima de 8 (oito) dias úteis (artigo 55, inciso I, alínea “a”, da Lei federal nº 14.133/2021);
3. Seja a presente impugnação julgada procedente, e realizada a retificação do Edital e Anexos para:
  - a) informar o descritivo técnico do **item 04** afim de que a Área Técnica especifique o objeto a ser licitado, em nível de detalhamento que garanta a satisfação das necessidades da Administração (princípio do interesse público) e atenda ao princípio do planejamento;
  - b) alterar o item que estabelece o início da contagem do prazo contratual a partir da assinatura do presente contrato para "a partir da data de publicação do contrato", conforme entendimento

consolidado pela doutrina e jurisprudência  
mencionadas;

Nova Lima/MG, 17 de outubro de 2024.

**CMOS DRAKE S/A**

**CNPJ 03.620.716/0001-80**

**MARCO AURÉLIO MARQUES FÉLIX FILHO - P.P.**

**OAB/MG 122.770**

**CARLA CLÉRICE C. MIRANDA PEREIRA**

**OAB/MG 171.605**

Avenida Regent, nº 600, Alphaville – Lagoa dos Ingleses, Nova Lima/MG, CEP 34.018-000  
Tel. (031) 3547-3969 / E-mail: [licitacao@cmosdrake.com.br](mailto:licitacao@cmosdrake.com.br)

Página 12 de 12

## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal OAB. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://oab.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/7CB8-9671-2082-CC74> ou vá até o site <https://oab.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 7CB8-9671-2082-CC74



### Hash do Documento

948A78CE87A0FE6282F9945AEBC4880D472752D51CC872F8C2B565CBCE005521

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 17/10/2024 é(são) :

☒ Carla Clerice Cassemira Miranda Pereira (Signatário) - em  
17/10/2024 12:40 UTC-03:00

**Tipo:** Certificado Digital

